



## **Desafios e aprendizados para a transição agroecológica do café orgânico: o caso da agricultura familiar do Leste de Minas Gerais**

### ***Challenges and learnings for the agroecological transition of organic coffee: the eastern Minas Gerais family farming case***

Jairo Antônio BOSA<sup>1\*</sup>, Oscar José ROVER<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

\* E-mail de contato: jbosa2006@gmail.com

Artigo recebido em 9 de abril de 2020, versão final aceita em 24 de novembro de 2020, publicado em 5 de novembro de 2021.

**RESUMO:** Com o reconhecimento e ampliação da agroecologia, ganham relevância os estudos sobre experiências que visam à transição agroecológica. Este artigo analisa aspectos sociais e técnicos em processo que visou à produção orgânica do café no Leste de Minas Gerais. Apoiando-se na abordagem da transição agroecológica e na perspectiva orientada ao ator (POA), analisou-se as ações implementadas, seus resultados, limitações e avanços. O estudo identificou um enfoque mais focado na conversão orgânica, em detrimento de um processo de transição agroecológica, e evidenciou queda acentuada na produtividade do café, com a retirada da adubação química sem uma adequada substituição, além de dificuldades em viabilizar a comercialização, com consequente perda de renda e desestímulo dos agricultores. Por outro lado, revelou o aumento de práticas sustentáveis e iniciativas de organização socioeconômica na agricultura familiar. Em termos estratégicos, identificou aprendizados acerca da construção de mudanças integrando produção, organização e mercado, a partir dos atores sociais locais.

*Palavras-chave:* agroecologia; organizações sociais; processo sociotécnico.

**ABSTRACT:** With the recognition and expansion of agroecology, studies on experiences towards the agroecological transition become relevant. This article analyzes social and technical aspects in a process aimed at the organic coffee production in eastern Minas Gerais. Based on the agroecological transition approach and the actor-oriented perspective, the implemented actions, their results, limitations and advancements were analyzed. The study identified an approach focused more on organic conversion, to the detriment of an agroecological transition

---

process, and evidenced a sharp drop in coffee productivity, with the removal of chemical fertilization without adequate substitution, in addition to difficulties in making commercialization possible, with consequent loss of income and discouragement of farmers. On the other hand, it revealed an increase in sustainable practices and socio-economic organization initiatives in family farming. In strategic terms, learning on the construction of changes was identified, integrating production, organization and market, from local social actors.

*Keywords:* agroecology; social organizations; sociotechnical process.

## **1. Introdução**

A agroecologia tem conquistado espaço e reconhecimento nas duas últimas décadas, seja no sentido do fortalecimento de formas de produção e reprodução social da agricultura familiar, seja como orientação para novas abordagens na atuação junto aos sistemas produtivos (SP) e ao desenvolvimento rural. Neste contexto, ganham relevância os processos e ações visando à transição da agricultura convencional para agriculturas de base ecológica.

O presente artigo resulta de pesquisa realizada junto a agricultores familiares e mediadores sociais<sup>1</sup> do Leste de Minas Gerais<sup>2</sup> que, no decorrer da primeira década do século XXI, fizeram parte de um processo de inovações visando à produção e comercialização de café orgânico. Naqueles anos, o mercado do café enfrentava uma crise, com preços muito baixos em comparação com a década anterior. Além disso, surgiam casos de agricultores intoxicados por agrotóxicos. Tais problemas desafiaram lideranças sociais e técnicos a um trabalho junto às comunidades rurais visando uma agricultura com mais cuidados ambientais e sanitários e melhoria da renda das famílias, o que motivou um conjunto de agricultores a buscar a produção orgânica do café.

Apesar de ter logrado uma considerável adesão de agricultores e ter alcançado a mudança do padrão técnico, além da certificação orgânica de um conjunto de propriedades, o processo enfrentou dificuldades, tanto na produção quanto na viabilização do mercado.

A experiência estudada envolveu unidades familiares de produção, entidades de representação social e de assessoria, relacionou-se com a legislação e o mercado visando à certificação e exportação da produção. Ao abranger este conjunto de aspectos e instâncias, articulou dimensões da agroecologia e do desenvolvimento rural, refletindo situações e desafios da agricultura familiar brasileira que busca inovações para arranjos socioeconômicos e ambientais sustentáveis. Diante desse quadro, e apoiando-se da perspectiva orientada ao ator – POA (Long, 2007), a pesquisa analisou como a participação e a organização social se articulam ao processo de mudanças técnico-produtivas em estratégias de transição agroecológica (TA). Assim, questionou como se desenvolveram as mudanças nos sistemas produtivos visando à produção orgânica de café para a exportação, considerando o contexto da agricultura familiar e suas condições produtivas, ambientais e socioeconômicas.

<sup>1</sup> Mediadores sociais, neste trabalho, refere-se aos agentes da extensão rural e dirigentes sindicais, de associações e ONGs que estiveram envolvidos no processo do café orgânico.

<sup>2</sup> Leste de Minas Gerais refere-se ao espaço geográfico da pesquisa, abrangendo parte de duas mesorregiões administrativas (Zona da Mata e Rio Doce) do estado de Minas Gerais, Brasil.

---

Além desta introdução, o artigo traz a seguir uma revisão teórica acerca da transição agroecológica, uma apresentação da metodologia adotada na pesquisa, os resultados do caso estudado com uma discussão e análises, finalizando com as conclusões.

## ***2. A transição agroecológica como processo multidimensional***

A agroecologia pode ser definida como “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (Caporal & Costabeber, 2004, p. 6-7), ou seja, como processo sócio-técnico-metodológico que orienta a mudança para uma agricultura não industrial. Para Sevilla-Guzmán (2002), a agroecologia constituiria um aporte teórico-metodológico para embasar processos sociais visando mudanças nos modos de fazer agricultura e orientar o desenvolvimento, com ênfase no protagonismo dos agricultores.

Em termos tecnológicos, os estudos sobre a TA sugerem um processo de mudanças graduais, desde a racionalização no uso de insumos industriais até o redesenho dos sistemas de produção (Altieri, 1999; Altieri & Nicholls, 2007; Gliessman, 2009; 2010). De modo geral, se seguiriam três estágios nesse processo (Gliessman, 2010): o estágio da eficiência, caracterizado pela busca de um melhor desempenho no âmbito do próprio sistema convencional, através de uma redução do consumo ou do desperdício de recursos escassos, incluindo aí os agrotóxicos, a água, os fertilizantes químicos e o próprio solo; o estágio de substituição de insumos danosos à saúde humana ou aos ecossistemas por produtos e/ou métodos com menor potencial de

degradação do meio ambiente; e o estágio em que o SP é redesenhado e manejado a partir de princípios ecológicos. Para Schmitt (2013), estes estágios são “estratégias desenvolvidas pelos produtores rurais no processo de reestruturação de seus sistemas produtivos” (p. 186-187). Eles levariam às mudanças nos padrões técnicos da produção sem comprometimento (ou minimizando as perdas) nos níveis de produtividade, ao mesmo tempo em que possibilitariam aos agricultores irem dominando as novas técnicas de manejo. A substituição dos insumos visando à produção orgânica de café em lavouras já estabelecidas é orientada em etapas por Lima *et al.* (2003, p. 15): “[...] eliminando de imediato o uso de agrotóxicos e substituindo gradativamente os fertilizantes químicos pelos orgânicos em doses adequadas, para reduzir o estresse nutricional e queda na produtividade da lavoura”.

O conceito de *transição* é central na agroecologia, e definido como “um processo gradual e multilinear de mudança, que [...] tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção [...] a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica” (Caporal, 2009, p. 18). O autor ressalta que o desenvolvimento deste processo é eminentemente social, depende da intervenção humana, implica em mudanças de valores e atitudes, tanto nas relações sociais quanto no manejo dos recursos naturais. A transição agroecológica, portanto, não se restringe à conversão tecnológica. Mudanças produtivas e inovações tecnológicas na agricultura são geralmente associadas às dinâmicas de organização social presentes e que resultam da conjugação de fatores econômicos, ambientais, geográficos e culturais da formação histórica da comunidade ou do território (Aléssio & Rover, 2014).

---

Portanto, a mudança de SPs convencionais para agroecológicos está relacionada às demandas e desafios que ocorrem dentro e fora das unidades produtivas. Aspectos relativos ao contexto sócio-organizativo dos agricultores, de possibilidades de mercado e de políticas públicas interferem nos processos que visam a TA e o desenvolvimento rural sustentável (Altieri, 1999; Embrapa, 2006; Caporal, 2009; Gliessman, 2009, 2010). Gliessman (2010) refere-se a um quarto estágio no processo de transição, quando menciona a necessária conexão entre quem produz e quem consome os alimentos, pois “a conversão ocorre dentro de um contexto social, cultural e econômico, e esse contexto deve apoiar a transição para sistemas mais sustentáveis” (Gliessman, 2010, p. 7).

O *Marco Referencial em Agroecologia* (Embrapa, 2006) sublinha que o avanço da transição agroecológica depende de condições externas às propriedades, entre as quais, políticas públicas com enfoque agroecológico, mudanças na pesquisa, ensino e extensão, e a (re)organização dos mercados. Costabeber & Moyano (2000) abordam a TA destacando um processo de três dimensões combinadas: econômica, ambiental e social; visando

Estabelecer-se um quadro teórico para a compreensão das razões e atitudes dos atores sociais que se envolvem em processos de câmbio tecnológico e em formas associativas dirigidas à construção e experimentação de estilos de agricultura com base ecológica (Costabeber & Moyano, 2000, p. 4).

A capacidade de *agência* (a racionalidade e o modo de operar) dos atores sociais, segundo Long (2007), é geralmente ignorada pelos programas que são planejados de fora para dentro das comunidades.

Para ele, essa pretensão dos planejamentos externos é equivocada: ao desprezar os conhecimentos, desejos e capacidades locais, os projetos de desenvolvimento andam na contramão da criatividade e do protagonismo dos sujeitos a quem se destinam os projetos.

Para Costabeber & Moyano (2000), a ecologização e a ação coletiva são processos complementares para se alcançar um contexto de sustentabilidade; e identificam a importância da criatividade nos arranjos organizativos das experiências agroecológicas e de incremento da renda como estratégias coletivas dos agricultores para enfrentar a marginalização econômica.

Considerando que a relação com os mercados permeia a dinâmica de organização e reprodução social da agricultura familiar, é importante que os grupos de produção agroecológica considerem também sua relação com os mercados. A agricultura familiar se fortalece e incide efetivamente em uma proposta de desenvolvimento rural quando se coloca como ator nos processos relativos ao mercado (Perez-Cassarino, 2012). Schmitt & Tygel (2009, p. 122) argumentam que ter acesso a este ou aquele canal de comercialização não é suficiente, “é preciso construir estratégias de mercado compatíveis com as características da produção agroecológica, em sua diversidade, sazonalidade e capacidade de agregação em termos de volume de produção”. Para eles, é necessário

[...] um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção (Schmitt & Tygel, 2009, p. 122).

As abordagens agroecológicas sobre a transição agregam “um conjunto de reflexões acerca da ligação existente entre as formas produtivas e de organização social características da agricultura familiar e camponesa e o manejo ecológico dos agroecossistemas” (Schmitt, 2013, p. 191). Portanto, a construção da agroecologia não se restringe a um formato tecnológico ou a um “estilo” de agricultura: abrange a relação com a natureza, a produção, o mercado, as políticas, a sociedade. Dito de outro modo, um desafio multidimensional (técnico, social e político) e de grande complexidade teórica e metodológica, sendo que “o complexo processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e a incorporação dos avanços do conhecimento científico” (Caporal, 2009, p. 17).

A partir desta discussão teórica, elaboramos uma síntese (Figura 1) para referenciar a análise do caso em estudo. Assim, analisamos a experiência com base em duas categorias inter-relacionadas (processos técnico-produtivos e dinâmicas organizativas) e componentes de um quadro de complexidade teórica e metodológica que potencializa ou limita a TA, de acordo com o seu desenvolvimento na prática social.

### 3. Fundamentos e procedimentos metodológicos

O estudo trabalhou com um enfoque epistemológico interpretativo (Cupani, 2009). Interessou-nos analisar e compreender especialmente a interpreta-



FIGURA 1 – Categorias analíticas da transição agroecológica adotados no estudo.  
 FONTE: Os autores.

---

ção de quem, individual ou coletivamente, esteve envolvido com aquele processo. Para isso, apoiamos-nos na perspectiva orientada ao ator – POA (Long, 2007), visando evidenciar e refletir teoricamente o conhecimento objetivo e subjetivo das famílias e dos mediadores acerca do processo vivido, suas interpretações e significados atribuídos.

Long (2007) defende que as ciências sociais e as teorias do desenvolvimento superem a visão de passividade das pessoas em relação aos planejamentos e determinações vindas de “fora de seu mundo”, como são as políticas e normativas de Estado ou as pressões do mercado. Um conceito-chave na POA é a *agência*, que é a capacidade do ator social<sup>3</sup> processar experiências, de saber e de decidir/agir, mediando entre condições e opções. Não se trata de negar a influência externa, mas de compreender que o ator interage com tais forças, maneja a situação e empreende decisões e ações que lhe permitam margem de manobra e algum ganho frente a tais forças.

A POA traz a noção da *percepção* (social e cultural) como recurso e esforço dos atores para compreender, representar e expressar a sua realidade (Long & Ploeg, 1989), base sobre a qual a pesquisa social pode extrair elementos de análise. Assim, constituem possibilidades epistemológicas e metodológicas para evidenciar e refletir sobre o conhecimento socialmente elaborado ou latente e que possa ser elaborado: “o ator constrói espaços de ação e de mudança social, processo este diretamente

relacionado com o conhecimento” (Bulhões & Dal Soglio, 2009, p. 615).

Assim, os depoimentos dos entrevistados compuseram a base principal da análise de conteúdo, dando prioridade para a sua percepção sobre sua realidade e a *agência* que exerceram no processo. As fontes principais de informação foram as famílias e mediadores sociais que participaram da experiência (ou que estiveram próximas e detinham informações relevantes), por meio de entrevistas individuais e em grupos focais. Para além das percepções individuais captadas nas entrevistas, os debates em grupos focais buscaram aprofundar o processo de construção das atitudes e percepções frente à experiência vivida, num ambiente de interação (Schio, 2015) e identificar tendências e padrões de respostas (Morgan, 1997). Também foram pesquisados documentos (relatórios, atas) e publicações elaboradas no decorrer ou sobre a experiência, sobre o contexto gerador e a história da cafeicultura na região.

O trabalho de campo foi constituído de três etapas, num sentido progressivo de apreensão dos elementos empíricos: a primeira teve finalidade exploratória, a segunda priorizou as entrevistas individuais e a terceira deu ênfase aos grupos focais. Foram ouvidas 34 pessoas (22 agricultores/as e 12 mediadores sociais) no somatório de 23 entrevistas e três grupos focais, de um universo aproximado de 70 famílias que se envolveram nas várias etapas do processo de transição para o café orgânico.

---

<sup>3</sup> Ator social refere-se tanto aos indivíduos quanto aos sujeitos coletivos. Para Long (2007), atores coletivos são grupos organizados, com certa unidade e coordenação, como família, associação/cooperativa, partido, instituição.

---

#### 4. *Trajatória, discussão e análise da TA no café do Leste de Minas Gerais*

Desde os anos 1970, orientados pelo Instituto Brasileiro do Café (o IBC, extinto em 1989), os agricultores mineiros passaram a intensificar o uso de tecnologias modernas na cafeicultura, utilizando variedades recomendadas, plantio adensado, monocultura a pleno sol e altas doses de adubação química. Nas últimas décadas, a tendência à especialização e monocultura se acentuou, com prejuízos à diversidade da atividade agropecuária e à biodiversidade (Vilela & Rufino, 2010).

A agricultura familiar do Leste de Minas Gerais apresenta uma significativa capacidade de organização social. A segunda metade dos anos 1980 e a década de 1990 foram marcadas por ações de formação e organização sociopolítica em busca de melhorias nas condições sociais no campo, com destaque para os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que incentivaram a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e o associativismo. Muitas dessas organizações passaram a desenvolver ações voltadas à agroecologia (REDE, 2007a; REDE, 2014a), incentivadas e orientadas tecnicamente por ONGs como a Fundação Biodiversitas, que desenvolvia atividades de educação ambiental e experimentações agroflorestais, e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), que atuava com assessoria em agroecologia e desenvolvimento junto à agricultura familiar, por meio de projetos nas áreas da produção e organização associativa.

Nos primeiros anos do século XXI, o preço do café esteve baixo em comparação com o período anterior: ultrapassou R\$ 800,00 a saca em 1997 e em 2002 atingiu o valor mínimo no período, próximo dos R\$ 200,00 (Rufino *et al.*, 2011), gerando uma crise na cafeicultura. Ao mesmo tempo, chamavam atenção o aumento do uso de agrotóxicos nas lavouras e os potenciais problemas de saúde (REDE, 2007b).

*Houve uma propagação agressiva de agrotóxicos pra cultura do café, independente se a lavoura tava precisando ou não. Então a gente se sentiu na obrigação de estar aprofundando isso aí. A ideia foi amadurecendo e surgiu a possibilidade de trabalhar com a produção do café orgânico (MS – mediador social entrevistado 01).*

Tal contexto socioambiental e organizativo favoreceu a mobilização social e articulação de entidades e ações em torno do “projeto do café orgânico”, que envolveu agricultores dos municípios de Simonésia, Caratinga, Manhuaçu, São João do Manhuaçu e Santa Bárbara do Leste. A proposta teve adesão de aproximadamente 200 famílias, sendo que em torno de 70 chegaram a obter a certificação orgânica, entre os anos 2003-2004.

O trabalho abrangeu cursos e trocas de experiência sobre tecnologias e manejos, atividades de assistência técnica, visitas de inspeção e recomendações para a certificação, planejamento da comercialização, etc. No entanto, mesmo com este conjunto de atividades e considerável adesão de agricultores, o processo enfrentou problemas tanto na produção quanto na comercialização, levando a maioria das famílias a desistir da produção orgânica certificada de café.

#### 4.1. Processo técnico-productivo e as mudanças na produção do café

Acerca do processo e ações em torno da produção, os atores sociais que viveram a experiência ressaltaram as limitadas condições (de acesso a insumos, recursos de custeio e apoio técnico) que os agricultores tiveram, e também a metodologia e ritmo empregados nas mudanças técnicas. Ao se optar pelo café orgânico certificado, houve uma ruptura abrupta do uso de agroquímicos – a ênfase foi na retirada do NPK, pois a maioria não utilizava agrotóxicos –, a qual independeu de como o SP se encontrava: se em boas condições de solo e saúde das plantas para suportar o estresse da retirada dos insumos ou se em situação de alta dependência de insumos e baixa capacidade para aguardar os aportes dos adubos orgânicos e tratamentos alternativos.

*O pessoal não tinha conhecimento de como trabalhar o café orgânico e por isso a gente sofreu bastante, porque foi tirado radicalmente o químico e não foi substituído nada. [...] Mas foi por falta de conhecimento técnico e que o pessoal não tinha essa assistência. Então, não foi muito bem-sucedido por causa disso (AG – agricultor entrevistado 05).*

Uma parcela das famílias que aderiu ao café orgânico vinha, anteriormente, implementando tecnologias alternativas, como o resgate e uso de sementes crioulas, uso de adubações verdes e biofertilizantes, introduzindo árvores nas lavouras. A outra parcela iniciou as mudanças técnicas com a expectativa do café orgânico e deparou-se com a urgência de implementar tecnologias e manejos de base ecológica para a certificação. Para esta parcela, as caldas e biofertilizantes, assim como a maioria

das espécies de adubação verde, foram introduzidas a partir dos cursos.

O plantio de árvores intercaladas ao café não era inteiramente novo, já que a acentuada declividade dos terrenos limita a mecanização e favorece a manutenção de algumas árvores nas lavouras. Entretanto, o aumento da quantidade, a escolha das espécies apropriadas para o consorciamento com o café e a condução dos manejos representaram um grau maior de inovação: “*Era bastante coisa pra mudar, você não precisava ficar lá cortando o solo. Em vez de capinar e limpar tudo, tinha que plantar outras coisas, adubo verde, guandu, mamona, banana... Então é muito diferente*” (AG 06).

Os questionamentos ao processo técnico versaram sobre ter ou não havido de fato uma transição, sobre a pressão em função do prazo para a certificação, sobre como poderia ter sido realizada a substituição dos insumos, etc., o que indica ter havido uma simplificação na fase e procedimentos da transição e que isso tenha contribuído para a frustração de resultados. Os estudos sobre a TA indicam a necessidade de um processo gradativo de mudanças no SP, com riscos reduzidos ou cientes por parte de técnicos e agricultores. É recomendável que as orientações para a conversão tecnológica sejam cautelosas e adequadas às condições dos SPs e do contexto social/familiar.

*Essa passagem demoraria 'xis' tempo: acho que faltou explicar isso, esse apoio técnico, de não fazer uma mudança da noite pro dia. Pra alguns talvez fosse mais rápida, pra outros demorasse (AG 13).*

Um desafio específico na conversão da produção de café é o “*fornecimento de nitrogênio nas doses adequadas para o potencial produtivo do ca-*

---

*feiro*” (MS 07). Porém, as pequenas propriedades dispunham de limitadas fontes de nutrientes para suprir tal demanda (problema que se soma ao custo dos insumos e a mão de obra para a distribuição de grandes volumes dos adubos orgânicos nas lavouras). Com escassa disponibilidade de esterco animal para servir como fonte de adubação, eram adquiridos compostos orgânicos ou esterco para compostar.

As organizações da agricultura familiar já formulavam, desde a década de 1990, uma crítica ao modelo produtivo convencional, o que se desdobrou em iniciativas com alternativas de produção. Porém, ainda eram incipientes os acúmulos tecnológicos e disponibilidade de insumos e equipamentos para a agricultura que pretendiam implementar, e as famílias que iniciaram a conversão produtiva do café contaram com limitadas condições para este desafio. “*A maior dificuldade foi o acesso aos insumos orgânicos. Quando você encontrava, o preço era exorbitante*” (AG 04).

As entidades de ATER e mediação social não foram capazes de suprir tais carências, seja por limitações de recursos financeiros e profissionais, seja por não haver pesquisas e tecnologias acessíveis ou, ainda, por considerar que as tecnologias seriam construídas no decorrer do processo de transição. Além disso, descuidaram da importância do café na formação da renda imediata das famílias e que a sua conversão a orgânico teria que suprir condições de renda aceitável.

Houve queda de produtividade durante a conversão orgânica, que variou conforme a condição do SP e recursos para a compra de insumos. As famílias que já vinham experimentando mudanças agroecológicas relataram quedas menores de produtividade: “*No meu caso, eu trabalhava com adubação verde*

*e agrofloresta, então a minha produção não caiu tão exagerada, mas eu perdi mais de 50% na média de três safras*” (AG 08). As famílias que iniciaram as mudanças a partir do projeto do café orgânico sentiram mais dificuldades com os novos manejos e enfrentaram quedas maiores na produtividade dos cafezais, havendo casos de até 80% de perda.

A significativa queda nas colheitas durante a conversão foi um dos fatores centrais para a desistência da maioria das famílias em seguir na produção do café orgânico. As expectativas e necessidades de renda eram urgentes e não permitiram aguardar os potenciais resultados produtivos. A “*pressa*”, o “*imediatismo*” e a “*adoção de um pacote orgânico*”, citados nas entrevistas, potencializaram os riscos, a queda na produtividade e as perdas econômicas. O retorno do investimento em técnicas agroecológicas não é imediato, há um período de transição até o SP atingir um melhor grau de sustentabilidade e rendimentos (Altieri, 1999). Esta situação ficou evidente na experiência; e o impacto negativo nos agricultores decorreu, além das perdas econômicas, por não terem sido suficientemente alertados e esclarecidos sobre tal tendência. “*Pra certificar tinha que esperar o tempo, a coisa não se dá de um dia pro outro. Só que as pessoas queriam que fosse mais depressa. Eu não tiro a razão de quem pensou assim, porque todo mundo depende do café, uai!*” (AG 07).

Interessante notar que os agricultores fazem uma análise crítica daquele momento, sugerindo caminhos coerentes com as referências teóricas da TA.

*Eu penso que o pior erro que cometemos foi de não ter feito uma transição mais a longo prazo. Porque quando se faz uma transição se pensa em melhorar o solo, né? Foi feito sim a questão das adubações*

---

*verdes, do plantio de leguminosas no meio da lavoura, os sistemas agroflorestais que ia melhorar o solo, mas a adubação química foi tirada de uma vez. Então a gente tinha que ter ido colocando os nutrientes no solo e reduzindo o adubo, e na medida que a gente melhorasse a qualidade do solo ir reduzindo a adubação química (AG 08).*

Um componente delicado e de difícil gerenciamento nos processos sociais de mudança é inovar com estabilidade. Neumeier (2012) diz que é necessário buscar equilíbrio entre criatividade (novas ideias e visões em ação para as mudanças) e a atenção para que se mantenha uma estabilidade (construir estruturas sustentáveis). O autor percebeu como uma das características dos processos de inovação social bem-sucedidos o equilíbrio entre a criatividade e a inovação com a capacidade de compreensão, aceitação e manutenção do “novo” pela comunidade. Este é um elemento importante na construção de experiências exitosas e sustentáveis de TA e desenvolvimento rural, o qual difere substancialmente de tentativas de mudança alicerçadas apenas na ideia de produtos altamente rentáveis.

Ficou evidenciada, na experiência do Leste de Minas, uma mudança técnico-produtiva abrupta e drástica (“8 ou 80”, disse o MS 04) a partir da empolgação que emergiu da expectativa de preços do café orgânico. Nas palavras de um mediador social, “a ‘onda’ de cafés orgânicos fez com que a maioria dos agricultores apressassem o processo de certificação, entretanto muitos cafezais sentiram o processo de conversão e houve redução de produtividade” (MS 08). O período de transição, durante o qual ocorreram as mudanças no modo e tecnologias de produção e as lavouras tornaram-se aptas a receber a certificação, não foi devidamente (e antecipadamente) discutido com as famílias agri-

cultoras, que sentiram fortemente os impactos da queda da produtividade do café sem poder contar com o preço *premium* na venda como orgânico, dado que as organizações não conseguiram viabilizar a comercialização no mercado orgânico.

Mudanças tecnológicas decorrem de continuidades (desdobrando-se de situações e condições anteriores) e descontinuidades (quando alguma crise ou um fato novo importante provocam rupturas e mudanças inesperadas), caracterizando uma trajetória tecnológica, segundo o enfoque neoschumpeteriano, no sentido de fatores tecnológicos e organizativos herdados do passado que condicionam a trajetória do processo e escolhas dos atores (Aléssio & Rover, 2014). Elas também decorrem e influenciam mudanças de entendimento a respeito da agricultura e da sociedade, ou seja, dos valores e da visão de mundo de um grupo social (Neumeier, 2012). Portanto, é compreensível que a TA do café, como produto de importância econômica principal para aquele grupo social, tivesse relações e influências no modo de pensar e agir das comunidades rurais envolvidas.

Neste sentido, a mudança nos modos de produção do café significou muito mais que uma substituição de pacotes técnicos, vindo a se desdobrar em um processo de inovação que demandava participação consciente e protagonista dos agricultores para alcançar os efeitos esperados. Ao se referirem a uma ideia de substituição de pacotes, os entrevistados questionaram um enfoque e orientação por vezes restritos à substituição da adubação e não utilização de agrotóxicos, quando era de se esperar uma abordagem que integrasse mudanças técnico-produtivas, organizativas e de mercados.

Por outro lado, a maioria dos agricultores disse perceber e valorizar os benefícios proporcionados

---

ao agroecossistema pelas mudanças implementadas, como a conservação do solo e da água e o incremento da biodiversidade. *“Houve um grande avanço na sensibilização em relação à questão ambiental, como proteção de nascentes, matas ciliares...”* (AG-04). Foram relatadas melhorias no aspecto biofísico do solo (redução da erosão, maior retenção de umidade, aumento da matéria orgânica e da biodiversidade), redução dos custos de produção (algumas safras depois) e o incremento de novos produtos (principalmente frutas, como a banana) em consórcio com o café.

Para o processo de certificação<sup>4</sup>, as organizações de representação e assessoria aos agricultores buscaram uma certificadora identificada com a agricultura familiar e com a promoção da agricultura orgânica. Apesar disso, o valor que era cobrado representou uma dificuldade, principalmente a partir de 2003, quando reduziu o número de famílias participantes, elevando o custo para as que restaram. Além disso, a certificadora escolhida não era credenciada para o mercado internacional, o que gerou outro entrave: *“[...] a gente não tinha acesso a um certificado que nos dava o direito à exportação como orgânico”* (AG 04). Ainda assim, as práticas de produção seguiram as normas dos países importadores, o que trouxe mais uma tensão ao processo.

As visitas de auditoria nas propriedades também acarretaram dificuldades, tanto pelo conteúdo das normas quanto pela maneira como eram

externadas e exigido o seu cumprimento. Naquele contexto, o fato de um ‘desconhecido’ chegar e determinar ordens tinha grande chance de causar estranhamento e resistência<sup>5</sup>. Entre os ruídos de comunicação, um diz respeito ao ritmo de conversão da propriedade: se poderia ser por parcelas da lavoura de café, se teria que ser toda a área ocupada com a cafeicultura de uma única vez ou, ainda, se a propriedade toda, inclusive onde havia outros cultivos ou criações, deveria ser convertida para produção orgânica imediatamente.

*O maior problema era a exigência de transformar a propriedade toda em orgânica de uma vez. Porque se pudesse a gente ia ter feito um trabalho numa parte, ia acompanhar pra depois ir mudando o restante. Mas como tinha que colocar 100% da propriedade de uma vez, isso aí acabou atingindo muito a questão da renda familiar; porque quando caiu a produção, caiu a renda toda de uma vez* (AG 08).

A legislação não exige a conversão orgânica de toda a unidade de produção de uma única vez, desde que as parcelas a serem certificadas obedeçam a regras de isolamento em relação às áreas convencionais. A conversão orgânica implica riscos de queda de produção e renda; e, portanto, convinha ser melhor articulada a um processo de TA, minimizando riscos e evitando equívocos na orientação (pelos técnicos) ou na interpretação (pelos agricultores).

Assim, para muitos a certificação representou uma grande novidade, uma ruptura de costumes,

---

<sup>4</sup> A comercialização de produtos orgânicos ocorre mediada por mecanismos de certificação (Radomsky, 2013), visando fornecer credibilidade à qualidade do produto.

<sup>5</sup> Situação similar se verificou na conversão orgânica do café por agricultores familiares do Paraná, onde também houve desentendimento sobre os procedimentos a adotar, e os agricultores amargaram perdas de produtividade e prejuízos econômicos derivados dos equívocos na orientação recebida (Pacífico, 2008).

---

não só pelos insumos que deveriam abandonar ou passar a usar, mas pelo conjunto de regras (ambientais, produtivas, de secagem e armazenamento) e de procedimentos de registro e gestão que não eram habituados a fazer. Tratava-se de um desafio à metodologia de trabalho dos auditores: exigir cumprimento de determinações legais ou junto a isto empreender um processo de relações de confiança e construção de conhecimento? É nesta segunda perspectiva que se coloca a reflexão sobre a agroecologia, enquanto um processo sociotécnico contextualizado, de múltiplas dimensões e que tem na construção participativa de conhecimento um importante fundamento epistemológico.

A frustração nas vendas do café certificado, especialmente devido a limitações na organização socioeconômica e, em seguida, o encerramento das atividades da certificadora, significaram um desfecho difícil de ser suportado pelas famílias. “*E no ano seguinte a própria certificadora fecha as portas; aí pronto! A gente já tinha perdido a venda, tava com a renda muito baixa e não tinha nem como pagar outra certificadora pra continuar o processo. A partir daí o grupo desarticulou*” (AG 08).

#### 4.2. Dinâmicas organizativas e a TA no Leste de Minas Gerais

A organização social, de distintos formatos e para diversas finalidades, é bastante presente e estudada no desenvolvimento rural. Ação coletiva e iniciativas agroecológicas são vistas como processos complementares e interligados em busca de

alternativas à crise socioambiental que ameaça a reprodução socioeconômica de agricultura familiar (Costabeber & Moyano, 2000).

A agricultura familiar do Leste de Minas Gerais apresenta uma destacada diversidade organizativa: sindicatos, grupos produtivos, associações, órgãos de assessoria, os quais, de um modo geral, identificam-se com a agroecologia e tiveram participação no processo do café orgânico. Todas as famílias identificadas e entrevistadas tinham vínculos com as organizações sociais, o que evidencia a influência que as mesmas tiveram no processo de TA do café e, ao mesmo tempo, que a trajetória da experiência repercutiu (fortalecendo ou provocando crises e rearranjos) nas dinâmicas organizativas.

Os STRs foram importantes na difusão da proposta e mobilização das famílias; e em alguns municípios foram as instituições que lideraram as ações. Os sindicatos geralmente não dispõem de equipes técnicas e estrutura para dar suporte a projetos produtivos, no entanto, o STR de Simões investiu na formação de um membro de sua diretoria e o liberou para acompanhar as famílias. Já as associações têm como características a reunião e mobilização de pessoas, a participação direta, a proximidade de interesses. Esta modalidade de organização de base é bastante presente na região e contribuiu no processo do café orgânico<sup>6</sup>.

O trabalho contou com assessoria técnica e organizativa de Organizações Não Governamentais (ONGs) e da Emater, com ênfases de acordo com os municípios onde uma ou outra tivesse maior presença. As duas ONGs regionalmente envolvidas no processo tinham perfis distintos: a Fundação

---

<sup>6</sup> Destacaram-se as associações Organização do Povo que Luta (OPL) e a Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos de Manhuaçu e Região (Agrifom).

---

Biodiversitas, com ênfase na conservação, e a REDE, com o enfoque no desenvolvimento a partir da agricultura familiar e da agroecologia.

As organizações de assessoria deram contribuição importante ao processo de TA, mas há que se levar em conta seus diferentes perfis institucionais, projetos e metodologias de trabalho. No caso da Emater, em parte dos municípios o envolvimento se deu por iniciativa pessoal do técnico, e não por opção institucional, o que limitou as condições de trabalho e de acesso e compartilhamento de conhecimentos e metodologias. Como refere Neumeier (2012), as ações em equipes e redes de atores e outros meios de cooperação são fatores importantes para o sucesso de iniciativas locais de desenvolvimento e inovação.

As diferenças de enfoque do trabalho e de integração entre as instituições também geraram problemas. Em Caratinga, a OPL tinha assistência da Emater e passou a ter parceria da REDE, mas as linhas de trabalho eram conflitantes. *“E aí ficamos acompanhando dois ‘inhambu’, não sabia qual deles que nós ia pegar, um pra lá, outro pra cá”* (AG 19). Em outros locais, divergências e disputas institucionais interferiram nas possibilidades de cooperação nos trabalhos. *“Foi criando, entre a Emater, o sindicato, os trabalhadores... uma certa rixa. Hoje já vai diminuindo bem [...]. As secretarias de agricultura dos municípios ficaram muito de fora na época, praticamente nenhuma apoiou”* (MS 06).

Durante os primeiros anos da década de 2000, as organizações do Leste de Minas integravam uma articulação ampla em torno do café orgânico, o Grupo de Trabalho Sapucaí, com outras entidades de Minas Gerais e do Espírito Santo. A participação no GT facilitava os contatos com os grupos de outras regiões, principalmente a certificadora e

potenciais empresas compradoras, constituindo-se como espaço de potencial articulação, no qual cada local (município ou grupo participante, coordenados pelo STR e ONG de assessoria) tinha certa autonomia na definição das ações. No entanto, o GT Sapucaí, com ênfase nas questões da certificação e do mercado, não foi reconhecido, especialmente pelos agricultores, como um espaço rico de trocas de experiências, de capacitação e de inovações organizativas; e constatou-se a falta de um espaço microrregional, do Leste de Minas, que reunisse e mediasse grupos produtivos, organizações e instituições, para formação e busca de soluções aos desafios que enfrentavam. Este âmbito de articulação e cooperação fica evidenciado nos anos seguintes a esses da crise aqui analisada, com a realização de encontros microrregionais (REDE, 2007a) e a criação de uma rede territorial de agroecologia (REDE, 2015a).

No período em que enfrentaram o desafio da TA do café, as políticas públicas para a agricultura familiar e, particularmente, para a produção em bases agroecológicas, eram escassas. Um apoio veio da assistência técnica, apesar dos limites apontados anteriormente, porém nenhum incentivo governamental foi citado para a comercialização. A necessidade de políticas públicas de incentivo à TA é enfatizada visando a consolidação e ampliação da escala das experiências (Embrapa, 2006; Caporal, 2009).

Programas e recursos públicos poderiam impulsionar um processo produtivo e de mudanças sociais em vários aspectos: na pesquisa, na assistência técnica, na atuação no mercado ou fortalecendo as associações e cooperativas, na destinação de crédito para compra de insumos orgânicos, etc. Seria igualmente importante que as políticas públicas buscas-

---

sem ponderar as perspectivas de desenvolvimento, num sentido geral, com os interesses e demandas dos agricultores, evitando os determinismos exógenos, conforme sugere a perspectiva orientada ao ator (Long, 2007).

Quando construídas com a participação dos atores sociais e considerando os contextos territoriais, as políticas têm maior potencial de adequação às experiências, dinâmicas técnico-produtivas e organizativas locais, contribuindo para um desenvolvimento descentralizado, participativo e sustentável. A necessidade de recursos públicos foi lembrada exatamente pelas variáveis envolvidas na transição, como custeio e capital de giro no período de maiores gastos e menores receitas.

*Se você vai começar uma produção, principalmente de café, a lavoura vai levar 4 anos para produzir. Nesse período, o agricultor precisaria de recursos, mesmo ele tendo a subsistência alimentar, precisaria de recursos para os outros gastos da família. Eu acho que um financiamento nessa linha seria bem interessante, de custeio daquela família naquele período de transição (AG 04).*

Entretanto, não surgiram elementos claros que referissem um plano e ações estratégicas na tentativa de acessar recursos públicos no Projeto do Café Orgânico, o que é também reflexo dos limites de mediação social entre os envolvidos no processo, assim como de integração político-institucional entre as organizações representativas.

Em suma, por um lado as organizações constituíram as bases para que os agricultores familiares aderissem ao processo de TA, por outro as diferenças metodológicas e de projetos institucionais limitaram uma melhor articulação e colaboração que viesse contribuir decisivamente para o avanço da

produção orgânica na região. Tal fragilidade refletiu na dimensão técnico-produtiva e, principalmente, na organização para a comercialização.

O café vinha de um período de preços elevados no final dos anos 1990, e a década 2000 iniciava com uma grande queda nas cotações. O mercado orgânico surgiu, então, como a ‘salvação da lavoura’, pois se dizia aos agricultores que poderiam vender por até três vezes o preço do café convencional.

*A saca do café convencional teve até menos de R\$ 120,00 na época; e o café orgânico nas reuniões eles falavam que tava 160 dólares e algum café pode chegar a mais. Ai cê fazia a conta e pensava: sair de 120 pra R\$ 500,00, quem não empolga? A gente ficava caladinho, mas pensava: “rapaz, esse negócio pode mudar sua vida” (AG 21).*

Apesar da fala acima, alguns mediadores sociais afirmam ter alertado para o risco de expectativas exageradas. A expectativa criada em torno das vantagens de preço na venda do café orgânico estava vinculada à exportação e, para isso, era necessário encontrar empresas ou cooperativas que operassem no mercado externo, já que as famílias não tinham uma estrutura para tal. Apesar da forte dinâmica organizativa da agricultura familiar, para o desafio da comercialização elas não estavam suficientemente instrumentalizadas, e não foi viabilizada a venda do café orgânico no período em que um maior número de agricultores obteve a certificação: “A gente vendeu café como convencional, mesmo que ele fosse orgânico” (AG 05). Isso derivou de uma conjugação de fatores e problemas: falta de articulação com a cooperativa de outra região que faria a comercialização, café que foi enviado e retornou porque teve muita perda na classificação, qualidade

---

e/ou quantidade insuficientes perante as exigências do mercado, a certificadora não era credenciada para o mercado internacional.

Em alguns casos, ocorreu a comercialização de forma isolada e por canais distintos, mostrando uma fragilidade organizativa nos aspectos econômicos. Como disse um agricultor, *“Se nós não organizar em termos de mercado, o trabalho braçal falta, ele é muito pouco. O maior desafio nosso é na hora de comercializar”* (AG 22).

A respeito da ausência de organização para operar no mercado, é interessante notar a baixa adesão de agricultores a cooperativas na Zona da Mata<sup>7</sup> (8,8%), em comparação com outras regiões do estado (29,3% no Jequitinhonha; 60,5% no Sul e Oeste; 70,6% no Triângulo e Alto Paranaíba) (Filetto, 2000). Entrevistados relataram dificuldades para se consolidar organizações de caráter socioeconômico: *“A cooperativa não é o forte da região; houve várias discussões para criar e não deu certo”* (AG 09).

Ficaram explícitas as limitações de intervenção no mercado e sua influência no recuo da produção orgânica de café. Mas não bastam estruturas para participar do mercado, são necessários conhecimentos específicos da área e capacidade de gestão e negociação, tanto em relação aos compradores quanto para acordos e decisões entre os agricultores e as organizações do território. Operar coletivamente no mercado é um processo complexo de administrar, e as dificuldades teriam sido contornadas ou minimizadas se houvesse melhor

preparação, com assessorias que trouxessem informações e subsídios para as tomadas de decisão. *“A gente que tá na roça é difícil sair pra correr atrás; esperava mais das lideranças, dos técnicos que reuniu nós naqueles cursos, que eles pudessem buscar mercado”* (AG 14).

A ausência de agentes econômicos ligados às organizações dos agricultores limitou as possibilidades de acesso a mercados. Como disse um mediador social: *“[...] o agricultor familiar, individualmente, tem muitas dificuldades para a sua inserção no mercado, em função do custo para a certificação e volume para a comercialização. As formas associativas amenizariam estes gargalos”* (MS 07). As dificuldades encontradas na comercialização do café e a busca de autonomia levaram as lideranças a discutir e criar entidades com este perfil.

*A necessidade de um maior controle social no processo de comercialização levantou o debate sobre a constituição de uma cooperativa da agricultura familiar ou a aproximação com alguma cooperativa próxima que poderia ser mais influenciada. Após várias tentativas de parceria, definiu-se por criar uma cooperativa própria, dando origem à Cooprol (MS 09).*

Assim, um grupo de famílias que tentou seguir na proposta do café orgânico deu origem à Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta (Cooprol)<sup>8</sup>, porém a produção orgânica já estava em plena crise, com minguados produtores. Este pequeno grupo

---

<sup>7</sup> A região do estudo corresponde parte à mesorregião Zona da Mata e parte à mesorregião Rio Doce.

<sup>8</sup> Os certificados foram recebidos nos anos de 2003 e 2004, mas com as tentativas frustradas de comercialização, já em 2005 ocorria uma desmobilização enquanto processo regional. Das poucas famílias que persistiram na produção orgânica (as informações variaram entre 15 e 20, dispersas nos vários municípios), um grupo de aproximadamente 10 permaneceu coeso e participou da criação da Cooprol, em 2006, por iniciativa de lideranças das associações Agrifom e OPL. Por meio da cooperativa, e já com outra certificadora, esse grupo conseguiu vender no

---

conseguiu comercializar café orgânico certificado através da cooperativa por três anos seguidos, de 2008 a 2010. Através da Coorpol, também passaram a acessar o *fair trade*<sup>9</sup>. A cooperativa é citada em várias entrevistas como a principal herança organizativa do processo: “Atualmente a Coorpol é uma cooperativa diferenciada na região, podendo falar com certeza que ela é um fruto positivo de tudo que aconteceu” (MS 05).

No ano de 2005, após obterem os certificados, mas não conseguindo efetivar a comercialização no mercado orgânico, a maioria dos agricultores foi desistindo do processo. “A certificação e o mercado foram os maiores gargalos. A produção orgânica (hoje penso mais em agroecológica) em meu entendimento é uma escolha de vida, de mudança de hábitos, de ver a produção de forma mais sustentável” (MS 10).

Chama atenção que as discussões acerca das perspectivas de comercialização do café orgânico estiveram voltadas exclusivamente para a exportação. Contribuiu para isso a possibilidade de obter altos preços na venda para outros países, e que o Brasil possivelmente não tivesse um público consumidor para fazer frente a tais valores. Por outro lado, podem ser feitos alguns questionamentos a este direcionamento único: primeiro, a complexidade de regramento, burocracia e custos para a exportação que, se não cumpridos, anulariam a única opção cogitada; segundo, a impossibilidade de interferir nos preços, a vinculação à cotação

do dólar (e suas oscilações) e a instabilidade dos mercados globais; e terceiro, as contradições em relação aos princípios de parcela das organizações agroecológicas de priorizar os mercados locais e regionais, assim como diversificar as estratégias de comercialização, de acordo com os fundamentos ambientais, sociais, éticos e políticos que compõem a discussão da agroecologia.

Perez-Cassarino (2012) afirma ser importante que os grupos de produção em bases agroecológicas tenham uma abordagem diferenciada na comercialização, atuando na *construção social de mercados*, de modo que fortaleça a agricultura familiar e incida em uma proposta alternativa de desenvolvimento. Outro estudo (Mior *et al.*, 2014) identificou um processo de inovações organizacionais da agricultura familiar, mediante a criação de dinâmicas e redes alternativas de produção e comercialização, com grande variedade de iniciativas que associam valores como ‘orgânico’, ‘artesanal’, ‘sustentável’ aos seus produtos e, com isso, criam estratégias de mercado favoráveis. Os autores observaram a *capacidade de agência* dos agricultores e suas organizações em iniciativas locais de produção, agregação de valor, compartilhamento de aprendizagens, de modo a “praticar ações de desenvolvimento rural de forma alternativa ao padrão hegemônico vigente” (Mior *et al.*, 2014, p. 97).

É possível encontrar paralelos entre as iniciativas dos estudos citados e a experiência do Leste de Minas, a começar por constituir-se de um

---

mercado orgânico nas safras de 2008 a 2010. Nesses anos, a Coorpol contava com 70 cooperados. Em 2016/2017, no período da pesquisa, a Coorpol tinha 130 cooperados e atuava no *fair trade* e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para viabilizar a comercialização diversificada de produtos de seus cooperados.

<sup>9</sup> Schmitt & Tygel (2009) analisam as relações entre as experiências de produção e comercialização agroecológica e as práticas de economia solidária. Mundialmente, o denominado *fair trade* surge como uma alternativa de comércio que leva em conta um conjunto de critérios, entre eles, as relações de trabalho na produção, a sustentabilidade e preços justos.

---

conjunto de grupos produtivos e iniciativas que ao mesmo tempo tinham autonomia e variados graus de cooperação entre si, ou seja, construiu-se (embora não tenha se consolidado naquele momento da trajetória) uma dinâmica organizativa em rede. A experiência também apresenta características inovadoras em relação ao meio ambiente, às tecnologias, à organização socioeconômica. Como exemplo, a entrada no *fair trade* teve início após a crise do café orgânico, a partir da criação da Coorpol, porém com adesão de poucas famílias em função da frustração de expectativas com a produção e comercialização orgânica.

Os estrangulamentos na comercialização foram determinantes para frear o avanço da experiência. Tanto para a sustentabilidade da produção quanto para a participação no mercado, o “foco no café” restringiu enormemente as alternativas. As tentativas de aproveitar oportunidades de mercado ou criar novas formas de mercado envolvem contradições e desafios para a participação de grupos de produção em bases agroecológicas. Conforme Schmitt & Tygel (2009), é preciso

caminhar passo a passo com um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção. O desenvolvimento de mercados locais e regionais, de forma a ampliar a capacidade de gestão e de controle social por parte dos agricultores e dos consumidores sobre os processos de comercialização, surge, aqui, como um elemento importante (Schmitt & Tygel, 2009, p. 122).

Não se pretende questionar toda a orientação à exportação; o próprio café é um exemplo de

produto consumido em todo o mundo e valorizado nos mercados importadores, como o europeu, o norte-americano e o japonês. Mas além dos mercados internacionais, os grupos do Leste de Minas poderiam ampliar suas estratégias e abrir o leque de possibilidades no Brasil, tanto no mercado tradicional quanto nas redes alternativas de comercialização que vêm sendo construídas. Schmitt & Tygel (2009) demonstram que os grupos e práticas em torno da agroecologia e produção orgânica carregam também o desejo e as tentativas de promover formatos alternativos e solidários de mercado.

#### 4.3. *Efeitos e desdobramentos da experiência de transição*

Para os agricultores e mediadores diretamente envolvidas no processo, o desfecho deixou o sentimento de frustração: “[...] acabou abalando financeiramente a renda das famílias; a utopia não é suficiente para chegar a um objetivo” (MS 05). São mencionadas dificuldades na conversão da produção e gargalos no processo de certificação e comercialização, entre outras limitações que comprometeram um melhor desempenho da experiência.

As percepções dos atores sociais também sinalizam aprendizados, desafios e potenciais para ações transformadoras da realidade da agricultura familiar a partir da experiência do café orgânico: “Hoje qualquer um que quer mexer, sabe por onde começar, onde ele errou não vai errar de novo. Foi um grande aprendizado” (MS 06).

O estudo nos permitiu construir um balanço dos resultados e efeitos do processo no que se refere às mudanças nos SP e na organização social (Tabela 1).

TABELA 1 – Síntese de resultados e efeitos do processo de TA do café.

Relativo aos processos técnico-produtivos	Relativo às dinâmicas organizativas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O processo tecnológico desconsiderou o princípio de conduzir as mudanças de forma gradual;</li> <li>• Faltou um olhar sistêmico sobre os SP e sobre o processo de mudanças, incluindo o café;</li> <li>• Houve redução/eliminação do uso de agrotóxicos, incremento de tecnologias de base ecológica e melhorias ambientais decorrentes do processo;</li> <li>• Faltaram recursos externos através de políticas públicas para aquisição de insumos, equipamentos e custeio para a transição produtiva, assim como para a comercialização;</li> <li>• Forte aprendizado técnico-produtivo pelos agricultores envolvidos, a partir dos erros e troca de informações em rede.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As dinâmicas de organização social estão na base da experiência, porém com deficiência em questões voltadas à comercialização. O processo contribuiu para discutir e qualificar tais dinâmicas;</li> <li>• A certificação surgiu como um novo desafio a ser enfrentado pelos agricultores e suas organizações;</li> <li>• Surgiram projetos de grupos produtivos em parceria com organizações da agricultura familiar e ONGs, levando à articulação da Rede Agroecológica do Leste de Minas;</li> <li>• Ampliou-se o conhecimento social sobre agroecologia e produção orgânica, em suas diferentes dimensões, qualificando as práticas sociais dos agricultores e suas organizações.</li> </ul>

FONTE: Os autores, a partir das informações de campo.

A Tabela 1 evidencia efeitos negativos em relação às expectativas imediatas de produção e comercialização do café orgânico, as quais resultaram de condicionantes externos sobre os quais os agricultores e mediadores sociais não tinham controle (disponibilidade e custos dos insumos orgânicos, falta de políticas públicas que aportassem crédito para suportar os menores rendimentos durante a transição, normas de certificação, padrão de qualidade exigidas pelo mercado), além de um conjunto de limitações e contradições internas, da condução do processo pelos mediadores sociais: limites relativos a falhas de planejamento (tanto de produção, quanto de certificação e comercialização), à intensidade e qualidade do apoio técnico, à fragilidade institucional verificada no tocante à certificação e à organização socioeconômica para a comercialização.

Por outro lado, há uma série de efeitos que representam inovações em torno de iniciativas produtivas, melhorias ambientais, organização

socioeconômica, comercialização, formulação e execução de projetos associativos que são reflexos diretos ou derivados daquele processo.

No campo do conhecimento e valores construídos, podem ser citados os aprendizados sobre manejo do solo, produção e uso de biofertilizantes; implantação e manejo dos sistemas agroflorestais; uso e conservação dos recursos naturais e sua relação com a produção e qualidade de vida; sobre qualidade do café; o funcionamento da certificação e do mercado; sobre as diversas formas de associativismo, sua importância, potenciais e dificuldades de viabilização diante das diferenças e necessidades de conciliação de interesses entre seus membros, etc. Neste conjunto de aprendizados e práticas, percebe-se o incremento de inovações na produção, na educação ambiental e na organização socioeconômica.

A quase totalidade dos entrevistados valoriza a organização social como uma condição para a TA, para a melhoria de vida das famílias e para o

---

fortalecimento da agricultura familiar. A maioria reconhece que faltam iniciativas organizativas mais no plano econômico, mas não deixa claro se assumiria compromisso com uma organização econômica. Os entrevistados com uma longa experiência de militância em organizações (pastorais, sindicatos, associações) ressaltam as *heranças* que decorreram da experiência e a colocam como *uma* entre tantas outras experiências. Isso pode ser relacionado com a dimensão de acúmulos ou mudanças imateriais, já que são marcas e valores sedimentados na formação e no imaginário destes participantes. Em geral, estes desempenham papel de líderes nas organizações em que participam.

Alguns afirmaram que seria viável produzir café orgânico se o preço fosse em torno de duas vezes o do convencional. Mas alertam que não basta ter preço, é preciso viabilizar o acesso ao mercado. A expectativa de preço em dobro, para eles, deve-se à menor produtividade. Isso remete à questão da pesquisa e extensão rural como desafios para uma transição que leve a patamares semelhantes de produtividade ou outras formas de compensação, como a redução de custos. Porém, sabe-se que a expectativa de receber o dobro (ou o triplo, como chegaram a prever) pelo café orgânico é superestimada em relação às condições de consumo da imensa maioria da população.

Neste contexto, mesmo o café seguindo como o principal produto para o mercado, muitos relataram que nos últimos anos diversificaram e ampliaram as fontes de renda na agricultura, com a produção e venda de alimentos nos mercados institucionais e em feiras e mercados locais. Um desses grupos, composto por dez famílias associadas à OPL, detêm desde 2013 a declaração de Organismo de Controle Social (OCS) para a comercialização

de orgânicos na venda direta ao consumidor e nos mercados institucionais. Consideram esta conquista, assim como a criação da cooperativa Coorpol, como desdobramentos da articulação regional em torno do café orgânico.

Este conjunto de iniciativas e avanços constituem *inovações sociais* relacionadas e desdobradas da experiência de transição do café, caracterizando também o que os agricultores e mediadores sociais chamaram de *aprendizados* e de *heranças* do processo. São aprendizados racionalizados, simbólicos e práticos ao mesmo tempo; materiais e imateriais, como referiu Neumeier (2012), pois marcam novas formas de produção e novas perspectivas de ações e comportamentos em relação ao meio ambiente, à produção, às organizações e ao seu lugar como atores na sociedade.

O caso estudado permite perceber a interdependência e os encadeamentos entre as dimensões técnico-produtivas e organizativas, ao mostrar que as inovações sociais e tecnológicas que foram propostas e experimentadas no processo de TA estiveram fortemente ligadas e dependentes das condições de organização de que dispunham ou construíram. Em outro sentido, as trajetórias tecnológicas levaram tanto a certos questionamentos quanto à criação de novas organizações e ao fortalecimento das que já existiam, gerando também revisões da própria trajetória tecnológica. As associações de produção e os STRs renovaram seus papéis ao assumirem boa parte do protagonismo na transição para o café orgânico. Algumas associações haviam sido criadas e estavam praticamente inativas, mas com a dinâmica e os problemas do café orgânico retomaram as discussões e ações.

Ao mesmo tempo, é possível perceber que a discussão e as experiências em torno da agroecolo-

---

gia produziram um repensar institucional. As discussões, planejamentos e projetos das organizações sociais da região passaram a adotar a agroecologia como uma proposta estratégica e permanente, evidenciando a influência dos processos e desafios para a TA em inovações organizacionais. A criação da Coopol, o surgimento das Escolas Família Agrícola, as organizações de mulheres em torno de experiências agroecológicas (Trindade, 2008; REDE, 2015b), o fortalecimento do associativismo (REDE, 2014b) representam iniciativas inovadoras que compõem o cenário regional da agricultura familiar do Leste de Minas na construção da TA, através do encadeamento de processos produtivos e dinâmicas organizativas.

## 5. Conclusões

O estudo evidenciou que, da frustração das famílias agricultoras e dos mediadores sociais quanto às expectativas imediatas de produção e renda criadas em torno do café orgânico, geraram-se também efeitos positivos e aprendizados, observados nos anos seguintes. Entre esses, destacam-se experiências de manejo agroecológico, fortalecimento do associativismo e inovações organizacionais de modo geral.

O tripé produção/certificação/comercialização articula os desafios centrais da transição agroecológica. Porém, gerar mudanças efetivas e eficazes neste tripé demanda um complexo processo de interações e construções técnico-científicas, mercadológicas, sócio-organizativas e políticas que se mostraram carentes de reflexão e atuação estratégica no decorrer da experiência. Percebeu-se a predominância de uma abordagem e ações em torno da

conversão orgânica, com pouca atenção à heterogeneidade da agricultura familiar e seus contextos socioambientais e econômico-produtivos.

A carência de uma construção estratégica e articulada para trabalhar com as inovações técnicas e organizacionais que se estava promovendo ficou evidenciada. Entretanto, em decorrência do processo se geraram aprendizados, como uma melhor organização social a posteriori, que se não permitiu que o processo ocorresse como planejado, preparou as organizações do território para lidar com os desafios que se evidenciaram a partir dele.

Concluímos que as estratégias de TA e desenvolvimento sustentável na agricultura familiar são estreitamente relacionadas com as realidades e potencialidades (tecnológicas, produtivas, organizativas e econômicas) dos territórios, seus agroecossistemas e sujeitos sociais.

As dificuldades enfrentadas geraram aprendizados e desdobraram-se, anos depois, em um conjunto de iniciativas mais sintonizadas com a realidade local e com a capacidade de *agência* dos agricultores. Com características de processos socialmente inovadores, que se assemelham a experiências retratadas em outros estudos, eles revelam uma ação coletiva e colaborativa territorialmente situada; mudança de atitude e percepções das pessoas e organizações; articulação dos atores sociais em rede e benefícios imateriais como a capacidade de construção coletiva de objetivos e ações. Assim, percebeu-se nos agricultores e mediadores a superação da ideia de mudança alicerçada apenas em algum produto altamente rentável, para uma visão de inovação como processo, que valorize a sua compreensão pelos atores sociais envolvidos, assim como o engajamento dos mesmos para a sua manutenção e permanente qualificação.

---

## Referências

- Aléssio, B. C.; Rover, O. J. O desenvolvimento regional como processo de encadeamento de dinâmicas organizativas e trajetórias tecnológicas: o caso da região oeste catarinense. *REDES*, 19(3), 113-129, 2014.
- Altieri, M. *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- Altieri, M.; Nicholls, C. I. Conversión agroecológica de sistemas convencionales de producción: teorías, estrategias y evaluación. *Ecosistemas – Revista Científica y Técnica de Ecología Y Medio Ambiente*, 16(1), 3-12, 2007.
- Bulhões, F. M.; Dal Soglio, F. K. A Agroecologia e a Perspectiva Orientada ao Ator na análise do processo de construção do conhecimento e da inovação. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 4(2), 2009.
- Caporal, F. R. *Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nossa legado para as futuras gerações*. Brasília: MDA/SAF, 2009.
- Caporal, F. R.; Costabeber, L. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- Costabeber, J. A.; Moyano E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1(4), 43-49, 2000.
- Cupani, A. *Filosofia da Ciência*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Marco referencial em agroecologia*. Brasília-DF: Embrapa, 2006.
- Filetto, F. *Trajetória histórica do café na Região Sul de Minas Gerais*. Lavras-MG, Dissertação (Mestrado em Administração) – UFLA, 2000.
- Gliessman, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 4. ed., 2009.
- Gliessman, S. R. The Framework for Conversion. *In*: Gliessman S. R.; Rosemeyer M. (Orgs). *The Conversion to Sustainable Agriculture: Principles, Processes and Practices*. Boca Raton: CRC Press, p. 3-14, 2010.
- Lima, P. C. de; Moura, W. de M.; Lisboa, J. M. de M. *Produção de Café Orgânico*. EPAMIG/CTA-ZM. Viçosa: 2003.
- Long, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: COLSAN/CIESAS, 2007.
- Long, N.; Ploeg, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologia Ruralis*, XXIX, p. 226-249, 1989.
- Mior, L. C.; Ferrari, D. L.; Marcondes, T.; Reiter, J. M. W.; Mondardo, M. Redes, agroindústrias familiares e novos mercados em Santa Catarina. *In*: Estevam, D. O; Mior, L. C. (Orgs.). *Inovações na Agricultura Familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, p. 73-100, 2014.
- Morgan, D. L. *Focus Groups as Qualitative Research*. London: Sage Publications, 1997.
- Neumeier, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. *Sociologia Ruralis*, 52(1), 48-69, 2012.
- Pacífico, D. A. *Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica: o Projeto Café de Lerroville-PR*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, 2008.
- Perez-Cassarino, J. *A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia*. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR, 2012.
- Radomsky, G. F. W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. *In*: Niederle, P. A.; Almeida, L. de; Vezzani, F. M. (Orgs). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, p. 297-325, 2013.
- REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. *Agroecologia e Cultura Popular no I Encontro da Agricultura Familiar. Fatura Mineira – Experiências Agroecológicas*

---

no Leste de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007a.

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. *Diagnóstico Inicial Projeto PDA 126 – MA: Agroecologia e Sustentabilidade: integrando a conservação ambiental e o Desenvolvimento Territorial no Leste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 2007b.

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Para superar o modelo da monocultura – Agricultores familiares divulgam manifesto em resposta à “crise do preço do café”. *Informativo Agroecologia no Leste de Minas*, ed. 1, ano 1, p. 4. 2014a.

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Ações conjuntas fortalecem a agricultura familiar. *Informativo Agroecologia no Leste de Minas*, ed. 2, ano 1, 2014b.

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Agroecologia no Leste de Minas: 20 anos de parcerias e ações pelo fortalecimento da agricultura familiar. *Agroecologia no Leste de Minas*. Belo Horizonte, Edição Especial, 4-9. 2015a.

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Organizadas em grupos produtivos, mulheres investem em beneficiamento de produtos da agricultura familiar. *Agroecologia no Leste de Minas*. Belo Horizonte, Edição Especial, 20-23. 2015b.

Rufino, J. L. S.; Sousa, L. O. de; Ferreira, M. D. P. *Evolução e perspectivas do preço de café*. Espaço do Produtor – CEAD/UFV, 2011. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=26&acao=exibir>>. Acesso em: out. 2015.

Schio, C. *Aprendendo para a conservação: um modelo conceitual para o Centro de Aprendizagem Socioambiental no Município de Garopaba, SC*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – UFSC, 2015.

Schmitt, C. J. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: Sauer, S.; Balestro, M. V. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, p. 177-203, 2013.

Schmitt, C. J.; Tygel, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: Petersen, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 105-127, 2009.

Sevilla-Guzmán, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, 3(1), 18-28, 2002.

Trindade, T. S. *Agroecologia e Gênero: mulheres do Leste de Minas em ação pela igualdade de gênero e promoção do desenvolvimento sustentável na Agricultura familiar*. Simonésia: AGRIFAS/CMMTRS, 2008.

Vilela, P. S.; Rufino, J. L. dos. Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais. *Estudos INAES*. Cadeias Produtivas. Café – Vol. I. Belo Horizonte: INAES, 2010.